

Violência ao Docente na Escola:

Narrativa de professora agredida por aluno

Gesilane Domingos de Sousa

Mestre em Planejamento em Políticas Públicas - UECE

Lia Machado Fiuza Fialho

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) - UECE

Resumo

O trabalho versa acerca da violência no âmbito escolar. Esse tema é relevante, porque a violência na escola se faz constante nos dias atuais, está crescendo e passando a ser um assunto intrínseco à escolarização, principalmente nos grandes centros urbanos do Brasil. O estudo enfoca a violência física de alunos contra professores, a cada dia mais latente no contexto educacional, por isso motivo de atenção, e desvela a problemática: como a violência no contexto escolar interfere na prática educativa dos professores agredidos? O objetivo foi compreender as reverberações da violência física praticada pelo aluno contra o educador. Estudo qualitativo, realizado à luz da fenomenologia de Merleau-Ponty (1999), possui aspectos subjetivos e utiliza o estudo de caso único em sua metodologia. A coleta de dados foi feita por intermédio de entrevista semiestruturada – gravada, transcrita na íntegra, textualizada e validada. A participante da pesquisa foi uma professora que sofreu agressão física de um aluno e se mostrou aberta para participar. Essa pesquisa tornou possível reconhecer a presença da violência social no meio escolar, principalmente entre aluno e professor, e refletir acerca das consequências da agressão física na vida pessoal e profissional de um educador. Os resultados da pesquisa demonstraram que a agressão física costuma ser silenciada pelas vítimas e pelas gestões das escolas, já que houve dificuldade de encontrar pessoas agredidas que se dispusessem a falar sobre o ocorrido e constataram-se diretoras que omitiam os casos de agressão ocorridos nas instituições educativas. Demonstrou-se, também, que a agressão física traz consigo a violência psicológica e simbólica, ao gerar prejuízos emocionais ao agredido. Observou-se que a violência não ocupa espaço significativo nos debates abertos realizados pela escola, ela aparece apenas como indisciplina e, de maneira pontual, é tratada após o caso extremo de agressão. Há uma tendência à culpabilidade da vítima e à impunidade do agressor. A pesquisa, ao problematizar sobre a violência física na escola, fomenta a reflexão acerca da necessidade de incluir essa temática para discussão no coletivo da escola, bem como a importância de desenvolver práticas de boa convivência e de uma cultura de paz.

Palavras-chave: Violência na escola. Educação. Juventude. Cidadania e Políticas públicas.

Abstract

Le travail traite de la violence dans les écoles. Ce thème est pertinent parce que la violence à l'école est rendue constante aujourd'hui, il se développe et devient un sujet intrinsèque à l'école, en particulier dans les grands centres urbains du Brésil. L'étude se concentre sur la violence physique entre les élèves et les enseignants, chaque jour plus latente dans le contexte éducatif, alors pourquoi attention. Et révèle le problème: la violence au contexte scolaire interfère avec la pratique pédagogique des enseignants agressés? L'objectif était de comprendre les répercussions de la violence physique par des étudiants contre la vie personnelle et professionnelle de l'éducateur. Cette recherche a permis de reconnaître la présence de la violence sociale dans les écoles, en particulier entre l'élève et l'enseignant et de réfléchir sur les conséquences de l'agression physique sur la vie personnelle et professionnelle d'un enseignant. étude qualitative, réalisée à la lumière de la phénoménologie de Merleau-Ponty (1999), a des aspects subjectifs, et utilise l'étude de cas unique dans sa méthodologie. La collecte des données est par entretien semi-structuré - enregistré, transcrit en entier, textualisé et validé. La participante à la recherche était une enseignante qui a souffert d'abus physique d'un élève et se positionna ouvert à participer. Les résultats de l'enquête ont montré que l'agression physique est souvent réduit au silence par les victimes et les directions des écoles, car il était difficile de trouver des personnes agressées qui étaient prêtes à parler de ce qui est arrivé et les directeurs qui omettaient les cas d'agression qui ont eu lieu dans les établissements d'enseignement. Il a également montré que l'agression physique apporte la violence psychologique et symbolique, pour générer des dommages émotionnels pour abus. Il a été observé que la violence ne prend pas de place importante dans les débats ouverts détenus par l'école, il apparaît comme l'indiscipline et en temps opportun, est traité après le cas extrême d'agression. Il y a une tendance à la culpabilité de la victime et l'impunité des auteurs de violences. La recherche, pour discuter de la violence physique à l'école, favorise la sensibilisation de la nécessité d'inclure cette question pour la discussion dans l'équipe de l'école, et la nécessité de développer des pratiques de coexistence et d'une culture de la paix.

Mots-clés: la violence à l'école; l'éducation; jeunesse; la citoyenneté et la politique publique.

Introdução

É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade.

Immanuel Kant

O interesse pessoal pela temática – violência na escola – emergiu devido a, rotineiramente, em rodas de estudo ou nos intervalos das aulas, ouvir as constantes reclamações de colegas sobre como os alunos estavam se comportando de maneira cada vez mais agressiva, sem respeito ao professor. Os relatos, no contexto das reuniões informais com outros amigos professores, também enfatizavam que, por mais que se buscasse diversificar as práticas de ensino e melhorar a didática com novas estratégias, havia uma resistência de boa parte dos alunos no que se refere ao interesse pelos estudos, fazendo com que os professores cobrassem mais deles, o que resultava na permanência de um conflito entre professores e alunos. Eram também crescentes as atitudes desafiadoras dos alunos em resposta ao papel de regente atribuído ao professor, sinalizando um comportamento rebelde e gerando agressividade.

Percebi que a violência era comum na minha prática docente e isso me incomodava muito, mais que as próprias questões salariais ou o que concerne ao reconhecimento e à valorização do magistério. A violência me fazia constantemente questionar acerca do aumento das práticas agressivas na escola, em especial aquelas expressas de maneira mais latente, desenvolvidas por alunos contra professores. Ante essas inquietações, fui motivada a desenvolver um estudo empírico que culminou na escrita da dissertação. O trabalho buscou uma compreensão sobre a violência social, mais especificamente a que se assola nas escolas e que se mostra através da agressão física de alunos contra professores. Objetiva-se compreender as reverberações da violência física praticada por alunos contra o educador. Sendo esse objetivo o principal fator de interesse deste trabalho, realizou-se uma pesquisa de campo qualitativa, do tipo estudo de caso, que visa responder à seguinte problemática: Como a violência no contexto escolar interfere na prática educativa dos professores agredidos?

No decorrer dos anos, em sala de aula, infelizmente, deparei com brigas entre os alunos, xingamentos, humilhações, Bullying (violência psicológica com a repetição de apelidos ou atos abusivos que provoquem a humilhação de outros), dentre outras formas de violência que pareciam se naturalizar no contexto escolar. Recordo que na escola ocorriam pichações agressivas, destruição do patrimônio público, pequenos furtos e até agressões físicas mais violentas.

As agressões eram, em sua maioria, contra os próprios colegas, mas não tardaram a chegar aos professores, e, pouco a pouco, a violência foi ganhando espaço no ambiente escolar, envolvendo todos os sujeitos que constituem a escola. Era uma roda-viva de agressões, humilhações, reclamações e mágoas, prejudicando as práticas pedagógicas, como também a autoestima dos alunos e dos professores. Presenciei casos de professores que não ficavam de costas para a turma, com receio de terem objetos arremessados em suas cabeças. Outros tantos não podiam sair da sala e deixar na mesa objetos pessoais, por conta dos furtos sistemáticos. Alguns evitavam chamar a atenção de determinados alunos, mesmo que estivessem atrapalhando a aula, com medo de represália, com a depredação de seu automóvel, ou de se sujeitar aos atos agressivos. Os alunos chegaram ao ponto de colocar um remédio para dormir na garrafinha d'água de uma professora, e esta passou mal e foi levada para a emergência (tudo presenciado na escola em que trabalhei).

Ainda lembro vivamente de uma vez em que dois alunos permaneceram fora da sala durante as minhas duas aulas seguidas e só entraram quando eu já estava saindo e, mesmo assim, pediram as presenças. Eu respondi que não as daria, pois eles não tinham assistido às aulas. Fora do colégio, após o fim do expediente, eles estavam me esperando numa esquina, me perguntaram de novo se eu não iria tirar as suas faltas e eu respondi que não, e um deles, aparentemente o mais violento, afirmou que qualquer dia me pegaria e me daria uma lição. No dia seguinte, eu informei a ameaça à diretora, mas ela me falou que não podia tomar nenhuma providência, pois já conhecia os dois e sabia que eram mesmo violentos, até me aconselhou a não fazer o boletim de ocorrência na delegacia (BO), pois eles poderiam se vingar. Eles se tornaram, então, “os donos da sala”, entravam e saíam quando queriam, formaram um grupo barulhento no fundo da sala e atrapalharam o ano inteiro. Todos os outros alunos viviam com medo, e eu me calei, também com medo.

Na época, contei minha história, principalmente aos colegas de trabalho, e ouvi muitas outras histórias semelhantes. Percebi que vários outros colegas também tinham sofrido agressões verbais e ameaças, o número era bem maior do que eu imaginava. Inclusive, soube de uma professora que teve o braço fraturado após ter recebido uma cadeirada de um aluno drogado. O interesse por esse tema tornava-se latente, eu precisava entender o que estava acontecendo, o porquê dessa violência gratuita contra os professores, pois não dava mais para se calar diante de uma realidade tão desoladora. Aprofundei-me nas leituras acadêmicas sobre a violência na escola, li muitas notícias que falavam sobre as agressões e busquei ampliar minha qualificação profissional com o curso de mestrado, visando desenvolver uma pesquisa sobre como a violência dos alunos contra os professores pode reverberar na docência e quais são seus desdobramentos na vida do educador.

Expostos os motivos pessoais que me levaram à escolha desse tema, sendo também vítima de agressões, pretendo desnudar esse assunto no meio escolar e transpor os muros

das escolas para que essa forma de violência se torne pública e, inclusive, por ser um trabalho de relevância social, caracterizar-se para além de uma denúncia, pois poderá sensibilizar a comunidade escolar para que haja um interesse maior em solucionar esses problemas, aplicando-se meios para a promoção do diálogo, da tolerância e da paz.

A escola e o contexto social

A escola sofre com a violência dentro de seus muros, e as notícias sobre esse tema já aparecem nas mídias e muitas apenas com o intuito de se fazer manchetes, contribuindo para uma divulgação errônea e provocando o estímulo de outros atos violentos, centradas na conduta dos agressores, desprovidas de uma análise mais crítica e educativa. Após o choque inicial causado intencionalmente pela mídia sensacionalista, o assunto parece cair no esquecimento para a população, e não é apresentada uma solução adequada para sua resolução ou para ao menos minimizar o problema. O mesmo não acontece com aqueles que foram agredidos e permanecem diariamente inseridos no ambiente escolar, com o desafio de elaborar subterfúgios para amenizar o conflito e a violência (MATOS, MENEZES, ALVES, 2006).

O indivíduo, antes de tudo, precisa se descobrir para reconhecer no outro um ser humano digno e, assim, manter as relações sociais. É inicialmente no ambiente escolar que se exercitam essas questões da convivência em grupo, que se aprende sobre o respeito ao próximo e às suas diversidades, sobre tolerância e aplicação de valores éticos. É preciso haver a linguagem entre os seres para que se obtenha o respeito (MATURANA, 1998). É claro que essa responsabilidade não irá recair apenas sobre a escola, é necessário um engajamento de diversos segmentos sociais. Num mundo onde há muita violência, é essencial que se busque sempre o bloqueio de suas forças, principalmente nos jovens e dentro da escola. É na educação que essas atitudes ultrapassam os assuntos meramente decorativos. Podemos dizer que

Aprender a ser cidadão é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos alunos e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola. (BRASIL, MEC, 2007, p. 69)

Os alunos, imersos nessa sociedade plural e desigual, que se sentem oprimidos pelo sistema social, educacional, político e cultural, ou agredidos pelos colegas, subestimados por professores com quem convivem no ambiente escolar, ficam inseguros, podem se calar e abandonar a escola ou agir com violência como resposta a toda a engrenagem desse sistema. No último caso, o medo será gerado na escola, e esta talvez não saiba como tratar a violência por não ter apoio, por não ter conhecimento de como agir ou, mesmo, por não considerar isso sua responsabilidade (ABRAMOVAY, 2006).

Muitos professores convivem diariamente com o drama da violência, são também vítimas dessa mazela, e, por vezes adoecidos pelo trauma, desenvolvem doenças psíquicas e até doenças autoimunes. Outros chegam a migrar para outras profissões por não suportarem mais exercer a docência (SILVA, 2010). São, também, submetidos a difíceis condições de trabalho, com salários míseros e poucos incentivos financeiros, e por isso submetem-se a um aumento da jornada de trabalho, ministrando aulas em várias escolas, mesmo longe de suas residências, com pouco material didático e com pouca oportunidade de qualificação. Essas precárias condições de trabalho são apontadas por Koehler (2006, p. 213) como “violências inerentes à profissão professor”.

Na tessitura deste trabalho, a abordagem deste tema será relevante ao se denunciar a existência da violência social no meio escolar, principalmente do aluno contra o professor, destacando a violência física e, por conseguinte, a violência psicológica. Ao focar a violência escolar dando ênfase aos delitos cometidos contra o educador, deseja-se conceder visibilidade à voz do educador, muitas vezes silenciada pela “culpabilidade” da vítima, ou seja, experiências relegadas aos porões das memórias individuais, porque a violência é associada à incompetência profissional do docente. A pesquisa é de relevância social, pois traz a oportunidade de mostrar as dificuldades em se trabalhar, nos dias atuais, em ambiente escolar violento, bem como de que modo esse ambiente interfere na vida pessoal e profissional do docente. A importância desta pesquisa se dá pela necessidade de visibilidade de um problema que não pode ser silenciado, pois está latente no meio educacional e social.

Quanto ao método escolhido para o desenvolvimento deste estudo, trata-se de técnica fenomenológica, pois há um interesse em mostrar o que está no consciente do indivíduo, anotando sem intervenções o relato da experiência, sem julgamentos ou subterfúgios que mascarem a sua realidade, ou seja, bem como ela se apresenta, “nua e crua”, já que não há preocupação em agradar a um grupo ou ao mundo exterior (GIL, 2008).

Para desenvolver a pesquisa, iniciou-se pelos estudos bibliográficos. Foi feita uma árdua busca de informações, através de leituras e acessos a sites – Scielo, Google Acadêmico, Erick –, como também uma coleta de dados em reportagens sobre esse tipo de violência. Concomitante à apropriação bibliográfica, também foram estudados alguns documentos legais: o ECA, a LDB, os PCN, a Constituição Federal e alguns Projetos de Lei, para investigar se discorriam sobre a violência na escola, em especial de alunos contra professores.

Depois dos estudos tecidos, ocorreram vários deslocamentos às escolas de diversas localidades, com o intuito de se encontrar docentes que estivessem dispostos a contar a sua história, no que concerne à temática da violência física sofrida por professores. A cada caso de violência informado, buscava-se o contato com o professor agredido, mas não havia sucesso na concessão para a participação na pesquisa; eles, sempre constrangidos, preferiam silenciar. Enfim, depois de inúmeras tentativas frustradas, foi possível definir o sujeito da pesquisa: uma professora de Geografia de uma escola municipal que foi violentamente agredida na escola, diante de várias testemunhas, é atualmente concursada pelo estado do Ceará e leciona há sete anos em salas do sétimo ao nono ano. Na época da agressão, ela era professora temporária e atuava numa escola longe de sua residência que se localizava num bairro considerado de periferia. A única que se disponibilizou a narrar sua experiência e participar da pesquisa. As entrevistas foram agendadas na casa da docente, gravadas em áudios, transcritas na íntegra, validadas e textualizadas para análise.

Sendo uma pesquisa qualitativa, pois busca analisar a relação do objeto de estudo e a sua realidade, seguindo os conceitos da fenomenologia, na compreensão das ideias do sujeito, e como esse se expressa ao mundo, para isso utiliza-se os fundamentos fenomenológicos. No conceito de Minayo (2009) a pesquisa qualitativa é relacionada à ideia de que os indivíduos participam do meio social, e se diferenciam quanto ao modo de agir, e inclusive por conseguirem pensar sobre as suas próprias atitudes.

Ao se enveredar com lembranças, imagens e narrativas, há uma preocupação em se trabalhar com a consciência, e para a fenomenologia, a reflexão sobre nossas próprias concepções expõe nossa ideia de mundo. Ao indivíduo se dá o direito de vivenciar sua experiência, respeitando a sua historicidade e entendendo o seu comportamento em vista aos fatos ocorridos em sua vida, mesmo que para isso se necessite fazer uma fundamentação acerca daquela vivência exclusivamente pessoal. A escolha em realizar a pesquisa por meio fenomenológico é devido às suas particularidades, dentre elas, a busca de uma atitude de diálogo e na vontade de acolher ao outro preservando suas opiniões e emoções, desejando se posicionar no lugar do outro, num ato de empatia, e no anseio de vislumbrar como este sujeito vê a sua realidade e sentir através de seus sentimentos, numa percepção da sua essência vista na sua forma real (CAPALBO, 1996).

Políticas públicas e a violência na escola

É evidente que o poder público possui papel preponderante nas questões relacionadas às políticas públicas e sua execução efetiva nas instituições educacionais. Contudo, o Estado carece de uma real conscientização para a qualidade na educação, e no fomento às

ações que envolvam as crianças e os jovens, evidenciando-se os resultados positivos de um trabalho voltado para os fins sociais, enaltecendo o papel da escola no meio social, na implantação de políticas públicas para solucionar tantas questões inquietantes que estão relacionadas às desigualdades sociais, e que possam realmente promover a cidadania. Comungando com essa ideia, Fialho descreve:

A participação e o direito das crianças e jovens não estão refletidos na valorização da autonomia, na solidariedade social ou no dever do Estado em proporcionar seus direitos de cidadãos, mas principalmente, em disciplinar para obediência e aceitação das regras sociais, mesmo diante de tamanhas desigualdades sociais. (FIALHO, 2014, p. 91)

No contexto geral, o disciplinamento parece ganhar mais ênfase do que o real protagonismo juvenil. Direitos são desrespeitados ordinariamente, mas os deveres lhe são cobrados independente das circunstâncias sociais, culturais, políticas e econômicas. Não existe, de fato, prioridade para educação, em todo período eleitoral as promessas são feitas, e a sociedade parece não ter meios concretos e efetivos para cobrar dos órgãos responsáveis, esse direito subjetivo.

O descaso dos gestores, dos membros da equipe da secretaria e do próprio poder público foi visível no caso de Ana e não há pudores em demonstrar isso. Importa dizer o que a professora Ana (2015) disse em sua entrevista sobre a atitude da secretária: “Quanto à secretária de educação da época, esta fez vista grossa e não quis me remanejar para outra escola.” Nesta fala se comprova, cada vez mais, que há uma carência de ações que combatam essas práticas nocivas de violência dentro da escola. E o silêncio ainda é preponderante nas secretarias, que parecem culpabilizar a vítima. Afinal os gestores não querem problemas, querem, ao contrário, quem resolva os problemas, em especial apresentando números e índices positivos que mensuram a aprendizagem.

E o que seriam essas políticas públicas para melhoria da educação e o combate a violência? São ações feitas pelo governo, com a participação de instituições públicas e/ou privadas, podendo quando necessário, ser solicitadas pela sociedade com o intuito de uma melhoria para todos. Souza (2003) aborda suas ideias sobre as políticas públicas:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de

outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2003, p. 13).

Congruente com Souza (2003), no que tange às políticas públicas, podemos perceber que suas mudanças só serão possíveis através de ações, e que periodicamente possamos analisar os seus resultados, para as (re) fazer quando for preciso, procurando meios inovadores para que estas políticas realmente transformem o social. E que a escola seja beneficiada principalmente no que concerne a viver numa comunidade sem violência.

Um núcleo gestor que cultiva, em seu ambiente de trabalho, atitudes de indiferença com os alunos, frieza com os professores, e atos de arrogância ou de autoritarismo, está mais propenso a colher ações de indisciplina, evasões, desobediências, desinteresse, apatia e falta de estímulo em trabalhar/estudar num ambiente assim; como era o caso da primeira escola em que Ana atuou e sofreu a violência. Nesta, Ana constatou que a direção se acostumou com a violência, naturalizou, a banalizou de tal maneira que se acostumou com as saídas de professores, pois, segundo a mesma, foram seis os profissionais que passaram naquela mesma sala, o que demonstrava nitidamente que a direção negligenciava o cenário ao se recusar a buscar ajuda, caso não se sentisse capaz de resolver sozinha este problema. Veja a comprovação deste fato no depoimento da Ana:

E foi aí que me virei para sala e falei chorando que eles conseguiram mais uma vez expulsar outro professor, por que estava sendo comum a expulsão de outros professores por alunos daquela turma, durante os três meses que eu estive lá, seis professores deixaram essa mesma sala. (ANA, 2015)

Não se objetiva isentar o professor de responsabilidade e condenar unicamente a direção, mas sabemos que ante tantos fatores – família, contexto social, professor, etc – um bom trabalho ensejado pelo núcleo gestor pode “contagiar” aqueles ao redor, e é essa a sua principal função: orquestrar com êxito todos os membros da escola, afim de obtenção de bons resultados, que as boas ações possam fluir e permeiem os obstáculos que virão. A indisciplina dos alunos somada a falta de apoio da gestão, no caso de Ana, foi crucial.

A sociedade poderá observar inúmeros prejuízos com o fomento de uma educação desvalorizada, características tais como subempregos, desempregos ou profissionais oprimidos e desqualificados prejudicam a escolarização. Ao saírem da formação inicial inexpe-

rientes e inacabados, os profissionais precisam galgar, durante o exercício da profissão, possibilidade de formação continuada.

Vale lembrar que o relatório para a UNESCO (2010), da Comissão Internacional sobre a Educação, expressa uma perspectiva para educação:

a educação ao longo da vida implica, diretamente, o conceito de “sociedade educativa”: nesta sociedade, são oferecidas múltiplas oportunidades de aprender, tanto na escola quanto na vida econômica, social e cultural. Daí a necessidade de multiplicar as negociações e as parcerias com as famílias, o meio econômico, o mundo associativo, os atores da vida cultural, etc. (UNESCO, 2010, p. 34-35)

Por isso é interessante salientar que não se pode simplesmente ignorar os problemas sociais, pois as convivências em grupo já são inerentes ao homem social, a priori, e essas práticas de socialização se efetivam também no contexto escolar. A vida escolar pode contribuir para o desenvolvimento da personalidade dos alunos e da vida social, observando-se constantemente que há desigualdades e que podemos lutar para minimizá-las.

Se juntarmos os esforços de todos, poderemos ousar nesta caminhada e fomentar na sociedade no princípio da igualdade, ou melhor, na equidade entre os sujeitos. Como proferia o educador Freire (2011, p.130), “o inédito é viável”. Ele acrescenta: “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (FREIRE, 1996, p. 25).

É incontestável que a escola é um ótimo espaço para o exercício da cidadania, Para Moacir Gadotti (1993), uma escola cidadã é aquela que consegue fazer um trabalho em conjunto com os professores e com autonomia, sendo autônoma para fazer algumas adequações, seja a respeito das práticas do cotidiano escolar ou da realidade da comunidade a qual ela está inserida, almejando uma qualidade de vida e bons resultados aos alunos, para que assim possa se desenvolver habilidades que os levem a se tornarem cidadãos.

Cabe a todos aqueles conscientes e zelosos dos valores sociais, primar para formação desta juventude, seja nas escolas ou nas comunidades, possibilitando assim no futuro um mundo de paz, confraternização e amor. E com êxito, desenvolver nos jovens algo além da sua capacidade intelectual, estimular uma formação que prioriza o respeito ao próximo e um compromisso com o social. Sobre cidadania Hannah Arendt evidencia a sua concepção:

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso

ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos. (ARENDR, 2000, p. 57)

Por serem necessários ao ser humano, os direitos humanos encontram o seu fundamento na estrutura da pessoa humana. E assim a formação da sua dignidade. Referindo-se ainda à concepção de Arendt (2011, p. 331) ressalta esse conceito na ideia de que “o homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade”.

A cidadania é, dessa maneira, uma conquista do sujeito de ser tratado com igualdade. Os direitos humanos referem-se ao direito de ser assistido, de ter emprego, educação, segurança e saúde, independente da etnia, gênero, religião ou classe social. Cabe ao Estado a garantia desses direitos, pois deve cuidar do bem-estar social do cidadão e zelar pelo bem maior de todos: a vida.

E aqui incluímos o direito do professor de proferir uma aula com segurança, num ambiente de trabalho adequado e propício à preservação da sua integridade física e psicológica, conciliado com seu bem-estar, mediante também uma estrutura que seja propícia para se ministrar uma boa aula e, além disso, que possa acolher os jovens com responsabilidade. No caso aqui citado, os direitos humanos foram negados à professora Ana, já que ela praticamente foi abandonada num momento de violência, não teve a assistência adequada, nem acolhimento psicológico feito pelo órgão público naquele momento de dor, ou seja, não houve o respeito à dignidade e valorização da pessoa humana.

A Cultura de paz na escola

Para se entender sobre a violência na escola, e para se elencar possíveis soluções, teremos como base as falas da professora entrevistada, “é preciso desenvolver atividades que estimulem o respeito ao próximo e promovam a paz nas escolas” (ANA, 2015). Ela também sugere que a família participe mais da vida escolar do filho, acompanhe suas atividades e observe o seu comportamento em sala, contribuído com a escola quando esta precisar de sugestões e de um amparo no tocante a educação do jovem, seja através da presença da comunidade em eventos promovidos pela escola ou na construção de projetos pedagógicos mais adequados e contextualizados.

A implementação da cultura de paz na escola deveria fazer parte do cotidiano dos jovens ultrapassando discursos demagogos. Esse conceito foi proposto pelas Nações Unidas no manifesto 2000: *Por Uma Cultura de Paz e Não Violência*. Deve-se acenar com urgência para a não violência, entende-se neste caso, tanto a violência provocada nas relações sociais no meio comunitário, quanto àquelas desenvolvidas no interior da escola (NASCIMENTO; MATOS, 2012).

É, pois, no convívio escolar que alunos e professores, podem fomentar um ambiente propício para aprender a desenvolver atitudes de solidariedade, paz e união. No pensamento das professoras Nascimento; Matos (2012, p. 35), essa cultura de paz nas escolas é possível porque:

Os desafios no trabalho com a paz coexistem com a esperança. Trata-se, portanto, de um compromisso em educar para o esclarecimento das realidades injustas, por meio de uma visão humanista e sociocrítica de educação e estamos convencidos da importância de sua abordagem e inserção no ambiente escolar.

Concordando com os educadores Nascimento; Matos (2012), a esperança de se ter uma escola harmoniosa vem com a junção de um trabalho pautado no compromisso em se educar através da valorização humana, baseado na fenomenologia, e na crença que o ser tem o potencial de se modificar, se assim o quiser.

Deve-se falar em Educação sem violência, prestigiando a democracia e a cidadania, dando enfoque aos direitos humanos num pressuposto de que se cultive a paz nos diversos lugares, principalmente nos ambientes escolares. E isso vem acontecendo timidamente em alguns espaços sociais e educacionais, por exemplo, o governo do Estado do Ceará está desenvolvendo um programa chamado Geração de Paz, que nasceu após a assinatura de uma carta entre a UNESCO e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), na época da Conferência Internacional sobre os Sete Saberes em 2010, cujo principal interesse está no seu preceito de Objetivo Nº 7: “Fortalecer a escola como espaço de inclusão, de respeito à diversidade e da promoção da cultura da paz”, cujos públicos beneficiários serão todos integrantes das escolas e da comunidade na qual estão construídas.

Vale ressaltar que esse programa ainda não tem estrutura para alavancar em grandes proporções, e por isso aguarda maiores investimentos e outras parcerias para que haja esse fortalecimento da paz e de valores humanos. Como bem diz numa entrevista o professor Flávio Mesquita (2016), que durante os últimos cinco anos foi o principal responsável pelo programa, “é necessário que a temática seja incorporada ao currículo das unidades de ensino, de modo que não fique restrita apenas a intervenções pontuais. Silva (2010) sugere

que devemos pensar no futuro e lembra que são esses jovens que estão na direção da sociedade e que podemos conduzi-los para que nessas gerações futuras possam prevalecer na humanidade a paz e a justiça. Acompanhado aqui as suas opiniões, podemos observar que prioriza um projeto voltado à paz e à tolerância:

Um projeto educativo gerador de tais transformações deverá seguir paradigmas simples e comuns, que sejam capazes de revelar o valor da paz e da tolerância, bem como do respeito ao outro e, sobretudo, à vida em suas diversas manifestações. (SILVA, 2010, p. 60)

Haja vista que no âmbito escolar seja um lugar para aprendizagem, como também de convivências sociais, nelas se absorvem atitudes de amizades e, infelizmente, também de conflitos. No caso destas divergências em sala de aula, entre alunos e professores, teremos um o resultado negativo: remorsos, angústias e ódio; levando-os a um convívio desarmônico. Ante a estes inconvenientes, cabe a construção de ações que os previnam e/ou combatam, através de palestras, seminários, jogos, atividades, projetos e quaisquer estratégias que direcionem a uma cultura de paz, disseminando os valores morais que poderão transformar essa conduta de violência de alguns alunos.

Inclusive alguns esforços para se levar a cultura de paz às escolas já vêm acontecendo com realizações de trabalhos de várias ONGs, de pessoas físicas (voluntários), Universidades, Institutos, centros educacionais, programas educacionais, etc. que acataram a ideia, e voluntariamente desenvolvem atividades em prol desta juventude. Podemos observar alguns casos de pessoas que seguem nesta linha através da Universidade Federal do Ceará (UFC) com produções e publicações de teses e dissertações com estudos sobre a Cultura da Paz, e ainda há um Grupo de Pesquisa Cultura de Paz, Espiritualidade, Juventudes e Docentes, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira que desde 2007 vem sendo coordenado pela professora Kelma Socorro Lopes de Matos, com pesquisas e trabalhos expostos em seminários e em publicações anuais em livros (MATOS; CARNEIRO, 2015).

Urge ressaltar que ao se introduzir nos currículos escolares a temática voltada à Cultura de Paz, na tentativa de se reduzir a violência, e se isso já existisse nas escolas, em especial na que Ana trabalhava ao ser agredida, provavelmente, a violência contra Ana poderia ter sido evitada, ou mesmo minimizada, caso fosse desenvolvido constantemente, um trabalho engajado de cultura de paz na escola, que possibilitaria atuar nessas situações de tensão.

Sobre essa questão da introdução de temas relacionados aos direitos humanos e a presença da cultura de paz nos currículos escolas podemos apresentar o seguinte pensa-

mento sobre a viabilidade dessa proposta e que acena positivamente para essas mudanças curriculares:

Assim, na composição do currículo, o ideal é focar na essencialidade entre o que é importante o aluno aprender e o docente lecionar. No Brasil, a malha curricular tem abrangido temas cada vez mais inovadores, como a Educação em Direitos Humanos e a Educação para a Cultura de Paz. (DIÓGENES; CARNEIRO, 2015, p. 419)

Tendo em vista que a violência escolar é um problema que já existe nos dias atuais numa proporção indesejável, desenvolver ações com objetivo de combatê-la, e que possam inibir os seus efeitos se torna relevante. A mediação de conflitos, grupos de terapia coletiva, eventos culturais (oficinas, peças teatrais, exposições, gincanas etc.), além de estreitamento de laços sociais, na busca do diálogo constante, considerando as histórias de vida individuais no coletivo, permite a compreensão de que as pessoas são diferentes, mas devem ser tratadas com respeito, comungando com Arendt:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso e da ação para se fazerem entender. (ARENDR, 2007, p.188)

Essa “pluralidade”, formulada por Arendt, poderá ser direcionada na escola num trabalho onde possa se respeitar as peculiaridades de cada um, para se fazer entender e manter as relações humanas. No dia-a-dia, as relações vão se desvanecendo ou formando crostas de insatisfação, agressividade e intolerância; o ideal seria que a escola fosse um lugar para a construção de uma boa relação social entre os homens, pois é um ambiente de convivência propício para o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos, da solidariedade e do amor ao próximo. Os jovens precisam exercer a cidadania e esta deve ser fomentada na escola, para que tenham uma melhor compreensão de suas atitudes, e de que algumas ‘violações’ poderão ser posteriormente reconstruídas. Pode-se ver isso na concepção de Freire (1995) quando ele infere que:

Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para aprender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social. (FREIRE, 1995, p. 104)

Neste sentido, Freire (1995) salienta que somos pessoas capazes de se transformar, seja para melhor ou pior, e que não somos seres estáticos à espera de um destino determinado para nossas vidas, fala que somos capazes de aprender e por sermos inteligentes podemos exercitar o nosso corpo na sua construção e doravante na construção social.

Considerações Finais

O trabalho versou acerca da violência no âmbito escolar. Esse tema é relevante, porque a violência na escola se faz constante nos dias atuais, está crescendo e passando a ser um assunto intrínseco à escolarização, principalmente nos grandes centros urbanos do Brasil. O objetivo foi compreender as reverberações da violência física praticada por alunos contra o educador. Esta pesquisa tornou possível reconhecer a presença da violência social no meio escolar e refletir acerca das consequências da agressão física na vida pessoal e profissional de um educador. Os resultados da pesquisa demonstraram que a agressão física costuma ser silenciada pelas vítimas e pelas gestões das escolas, já que houve dificuldade de encontrar pessoas agredidas que se dispusessem a falar sobre o ocorrido e constataram-se diretoras que omitiam os casos de agressão ocorridos nas instituições educativas. Demonstrou-se, também, que a agressão física traz consigo a violência psicológica e prejuízos emocionais ao agredido.

Observou-se que a temática violência não ocupa espaço significativo nos debates abertos realizados pela escola, ela aparece apenas como indisciplina e, de maneira pontual, é tratada após o caso extremo de agressão. Há uma tendência à culpabilidade da vítima e à impunidade do agressor. A pesquisa, ao problematizar sobre a violência física na escola, fomenta a reflexão acerca da necessidade de incluir essa temática para discussão no coletivo da escola, bem como a importância de desenvolver práticas de boa convivência e de uma cultura de paz.

Após o longo trabalho de pesquisa, os resultados contribuem para se perceber que a violência social se insere no ambiente escolar e que essa é, também, praticada pelo aluno

contra o professor, impossibilitando ao profissional exercer seu papel docente com eficiência. E, ainda, que essa violência deve ser reconhecida pelos demais membros do contexto escolar, pela família, pelos governantes e pela sociedade, jamais admitindo negligência ou silêncio.

E que tal atitude violenta acarretou reverberações sérias na vida profissional e pessoal da educadora, que precisou de tratamento psicológico e psiquiátrico, quase desistiu da docência, e luta, após anos do ocorrido, para superar o trauma. A falta de articulação entre escola e comunidade, de incluir na pauta curricular a questão da violência, e a negligência da gestão e dos órgãos superiores agravaram a sensação de desamparo da professora Ana ante a violência sofrida.

A postura docente de Ana mudou. Ela afirmou que não discute mais com alunos; quando percebe que o aluno é agressivo, o deixa à vontade, e por isso se considera refém dele, sente-se inapta para promover a ordem em sala, devido ao pavor de ser violentada novamente. Na sua vida pessoal, ela não possui o mesmo entusiasmo com a profissão que escolheu, e mudou bastante, sabe que devido ao trauma precisará constantemente de ajuda médica, pois de vez em quando sente pânico quando se depara com alunos da outra escola. Hoje, ainda está nessa profissão devido a sua escola atual possuir profissionais humanizados e detentores da solidariedade.

Sugere-se a possibilidade de se reconstruir essa realidade atual de violência na escola por meio de estratégias que a controlem e a minimizem, como a adoção de projetos objetivando o cultivo da paz, aplicando os valores morais e o respeito entre as pessoas. Incentivar e valorizar os bons atos pacificadores, fomentar espaço para o diálogo e discutir a paz e a violência com os jovens estudantes e demais membros da comunidade escolar – o porteiro, a merendeira, membros da secretaria, professores, núcleo gestor, família – pode ser um caminho plausível a seguir.

Percebemos que violência contra o professor se apresenta em várias situações, não só na violência física e, por conseguinte, na psicológica, mas que ela também pode ser vista diariamente nas agressões verbais, nas respostas desdenhosas, na prática de afrontar o professor, na constante indisciplina às normas da escola e até no descaso ao patrimônio público. Muitas vezes, essas práticas podem ser problematizadas com o fomento da visibilidade à violência e com o diálogo aberto.

Importa inferir as limitações na construção desta pesquisa, que foi feita com uma única pessoa, não admitindo generalizações, mas que nos oportunizou problematizar a violência no contexto escolar. A pesquisa aqui não se encerrará, pois possibilitará outros questionamentos e outras discussões acerca do tema, contribuindo nos estudos futuros.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. “Vitimização” nas escolas: Clima escolar, roubos e agressões físicas. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo e posfácio: Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: 2007.

CAPALBO, Creusa. *Fenomenologia e ciências sociais*. Londrina: Ed. UEL, 1996.

CARNEIRO, Maria Joyce Maia Costa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de. *Cultura de Paz: fruto de valores, ações e diálogos*. In: MATOS, Kelma S. Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II*. Fortaleza: Impreco; Eduece, 2015

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; CARNEIRO, Maria Joyce Maia Costa. *Educação em direitos humanos & Educação para a cultura de paz: componentes curriculares inovadores*. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Educação e Espiritualidade II*. Fortaleza: Impreco; Eduece, 2015.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil: breve contextualização histórica*. Fortaleza: EDUECE, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes essenciais necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra, 1996.

_____. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. Violências nas escolas: o papel do professor. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

MATOS, Kelma S. A. Lopes de; MENEZES, Helenice Paiva; ALVES, Roberto Nascimento. Juventude, escola e imagens na mídia. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MERLEAU-PONTY Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Elizangela Lima do Nascimento; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de. As juventudes e a paz. In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade III*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

Programa Geração da Paz visa institucionalizar a cultura de paz no âmbito da Educação. Site: Governo do Estado do Ceará, 11 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/15945-programa-geracao-da-paz-visa-institucionalizar-a-cultura-de-paz-no-ambito-da-educacao>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SILVA, Ana Beatriz B. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul. dez. 2003.

UNESCO. *Manifesto 2000*. Revista Comunicação & Educação, São Paulo, 2000.

_____. *Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. – UNESCO. São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

_____. *Educação – Um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o século XXI*. Brasília: Fundação Faber-Castell, 2010.